



ParaRede

Relatório e Contas 1º Semestre 2007



Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2006 – 1º SEMESTRE.....	6
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2006	13
BALANÇO CONSOLIDADO.....	14
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	15
MAPA DE ALTERAÇÕES AOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS... 	16
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO	17
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERINAS	18
1 INFORMAÇÃO GERAL	18
2 SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MAIS SIGNIFICATIVAS.....	18
2.1 Bases de preparação	18
2.2 Consolidação	19
2.2.1 Subsidiárias	19
2.2.2 Associadas.....	20
2.3 Relato por segmentos	20
2.4 Conversão cambial	21
2.4.1 Moeda funcional e de apresentação.....	21
2.4.2 Transacções e saldos	21
2.4.3 Empresas do Grupo.....	21
2.5 Activos fixos tangíveis	22
2.6 Activos intangíveis	23
2.6.1 Goodwill.....	23
2.6.2 Trespasses sobre negócios	23
2.6.3 Intangíveis desenvolvidos internamente	23
2.6.4 Propriedade intelectual e outros direitos.....	24
2.7 Imparidade de activos	24
2.8 Existências.....	25



2.9 Contas a receber de clientes e outros devedores	25
2.10 Caixa e equivalentes de caixa	25
2.11 Capital social.....	25
2.12 Empréstimos	26
2.13 Impostos diferidos	26
2.14 Provisões.....	26
2.15 Subsídios.....	27
2.16 Reconhecimento do crédito.....	27
2.16.1 Venda	27
2.16.2 Prestação de serviços	27
2.16.3 Manutenção / Suporte	28
2.16.4 Juros.....	28
2.17 Locações	28
3 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	29
3.1 Risco de crédito.....	29
3.2 Risco de liquidez	29
3.3 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro.....	29
4 ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS .	29
4.1 Estimativa da imparidade do goodwill	30
4.2 Impostos Diferidos.....	30
4.3 Réido.....	30
5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	30
6 EMPRESAS INCLUÍDAS E EXCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	31
7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	31
8 ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	33
9 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	34
10 IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS	34
11 EXISTÊNCIAS.....	35



12	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES.....	36
13	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS	36
14	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37
15	CAPITAL SOCIAL.....	37
16	RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS	37
17	CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES	388
18	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS.....	38
19	EMPRÉSTIMOS	39
20	PROVISÕES PARA OUTROS PASSIVOS E ENCARGOS.....	40
21	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	40
22	CUSTOS COM O PESSOAL	40
23	OUTROS GANHOS LÍQUIDOS	40
24	DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES.....	41
25	RESULTADOS FINANCEIROS	41
26	IMPOSTOS SOBRE RESULTADOS	41
27	RESULTADOS POR ACCÃO	41
28	COMPROMISSOS.....	42
29	EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO	42
30	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	423
	BALANÇO INDIVIDUAL.....	44
	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAL.....	45

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS INTERINAS 46**

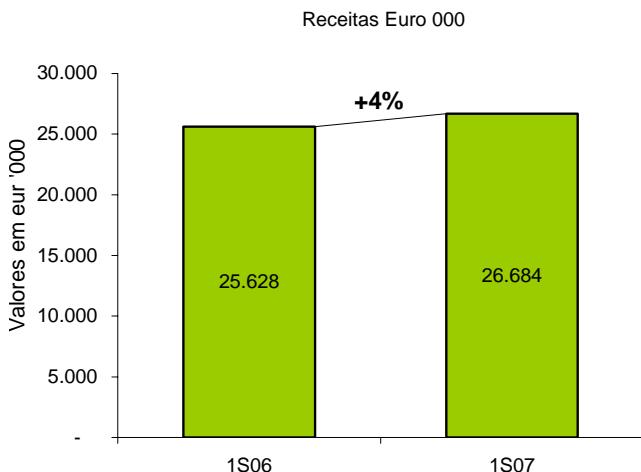
INTRODUÇÃO	46
1. Indicação e justificação das disposições do POC	46
3. Critérios valorimétricos	47
3.1. Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo.....	47
3.2. Activos e Passivos em moeda estrangeira	47
3.3. Investimentos Financeiros.....	47
3.4. Imposto sobre o Rendimento	47
3.5. Caixa e seus Equivalentes.....	48
4. Cotações utilizadas	48
7. Número médio de pessoas ao serviço da empresa.....	48
10. Movimentos ocorridos na rubrica de imobilizações e respectivas amortizações.....	49
10.1. Movimento do activo bruto.....	49
10.2. Movimento das amortizações e ajustamentos	50
15. Bens em regime de locação financeira	50
16. Partes de capital em empresas do grupo e participadas	51
25. Dívidas activas e passivas respeitantes a pessoal	52
34. Provisões.....	52
36. Formas de representação do capital social.....	52
40. Movimentos ocorridos nos exercício em capitais próprios	52
43. Remunerações dos órgãos sociais.....	53
45. Demonstração dos resultados financeiros	53
46. Demonstração dos resultados extraordinários.....	53
48. Outras informações relevantes	53

Relatório de Gestão - EXERCÍCIO DE 2007 – 1º Semestre

- **Resultado Operacional Bruto (EBITDA) cresce para 1,5 M€**
- **Margem EBITDA aumenta de 2,7% para 5,6%**
- **Resultado antes de Imposto aumenta 0,75 M€**
- **Resultado Líquido cresce para 0,5 M€**
- **Volume de Negócios ascende a 26,6 M€**
- **Margem Bruta de 10,7 M€ cresce 5%**
- **Custos de funcionamento reduzem 3%**

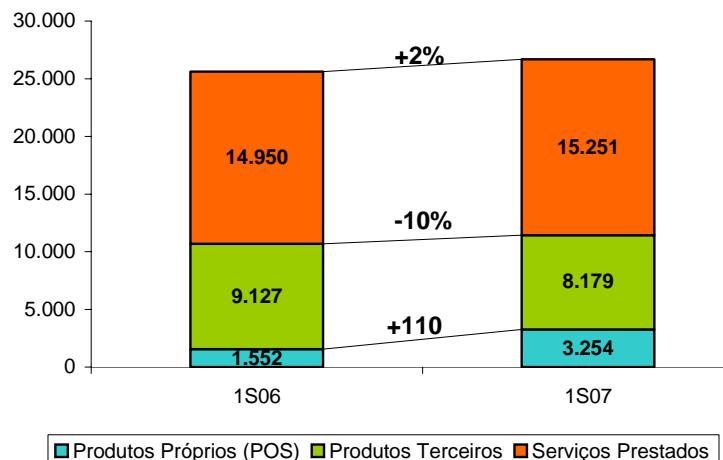


Análise dos Resultados Operacionais



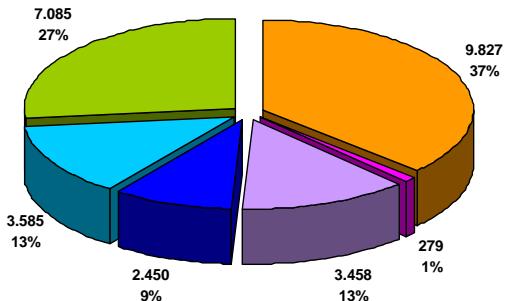
O volume de negócios do primeiro semestre de 2007 registou um crescimento de 4%, face ao período homólogo de 2006.
Note-se as alterações do perímetro de consolidação adiante descritas.

Vendas vs Prestação Serviços



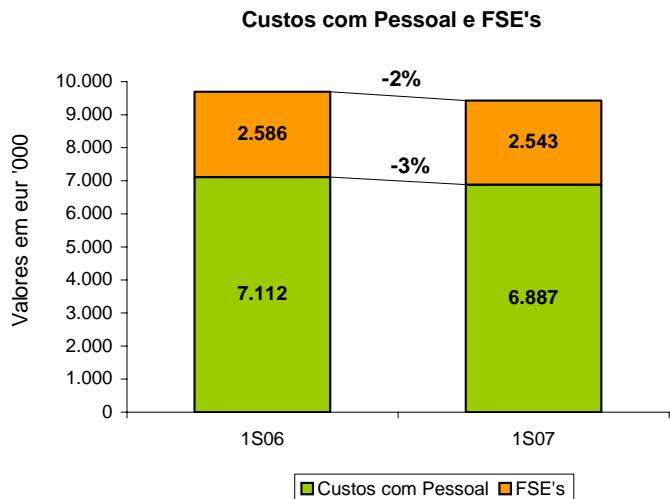
O crescimento da venda de produtos próprios e da Prestação de Serviços (contrapondo ao decréscimo nos produtos de terceiros) vem materializar a aposta feita numa oferta com maior valor acrescentado.

Receita por Área de Negócio (m€)

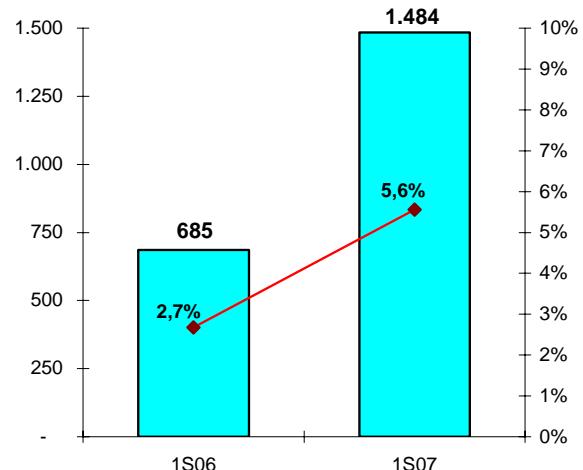


- Integração de Infraestruturas
- Consultoria em TI
- Pagamentos Electrónicos
- Arquitectura e Desenvolvimento e Serviços Financeiros
- Outsourcing
- Supporte Multivendor

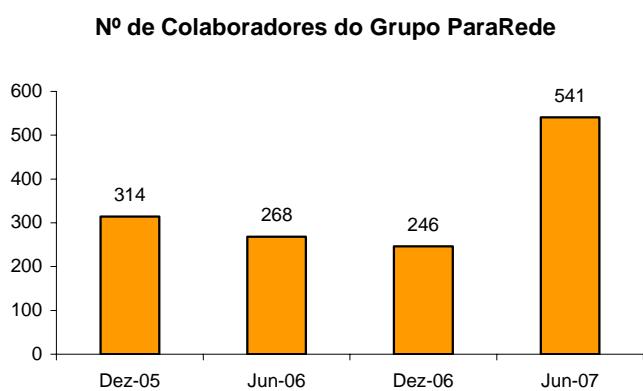
As aquisições levadas a cabo durante o primeiro semestre de 2007 foram integradas nas áreas de negócio já existentes. Assim, a Sol-S e Solsuni veio reforçar sobretudo as áreas de Integração de infraestruturas, Outsourcing e Suporte Multivendor, enquanto a ByteCode fortaleceu as áreas de Outsourcing e de Arquitectura e Desenvolvimento. Quanto à SBO, apesar de permanecer autónoma, integrou a área de Outsourcing, numa perspectiva de processos, em oposição à venda de recursos especializados em IT da empresa NetPeople.



Resultado Operacional Bruto (Euro'000)
Margem Operacional Bruta %



O Resultado Operacional Bruto teve um crescimento de cerca de 117% e a margem operacional bruta passou de 2,7% para 5,6%. Este crescimento deve-se sobretudo ao facto de, quer os custos de funcionamento, quer a Margem Bruta, terem tido uma evolução positiva contribuindo para o EBITDA com cerca de 268 mil euros e 547 mil euros respectivamente.



O crescimento verificado no nº de colaboradores neste semestre explica-se pelas aquisições efectuadas. Dos 295 novos colaboradores 278 são provenientes das empresas adquiridas. Note-se que o crescimento do número de colaboradores foi feito de forma faseada ao longo do semestre, o mesmo acontecendo com os seus custos, o que permitiu, apesar do aumento do número de colaboradores, a redução de custos com pessoal acima referida.

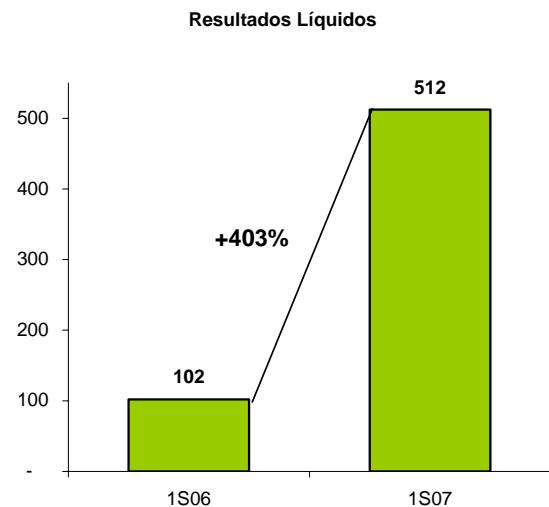


Análise dos Resultados Líquidos

Os custos financeiros apresentam um crescimento de cerca de 65%. Este crescimento é motivado por duas razões: Em primeiro lugar, com a integração da Sol-S e Solsuni houve um incremento substancial do passivo financeiro e consequentemente um aumento de cerca de 100 mil euros de custos financeiros; em segundo lugar, o aumento constante da Euribor (subiu aproximadamente 1,25% no ultimo ano), provocou um incremento de cerca de 85 mil euros nos custos de financiamento.

As amortizações do primeiro semestre de 2006 incluem cerca de 152 mil euros referentes a activos intangíveis (desenvolvimento de produtos próprios) incluídos nas unidades económicas alienadas no final de Maio de 2006. Assim, se expurgarmos este valor as amortizações apresentam um valor em linha com o apresentado no final do primeiro semestre de 2006.

Os resultados Líquidos registaram um crescimento de cerca de 410 mil euros em valor absoluto. Esta melhoria é justificada pelo facto de o resultado operacional bruto ter melhorado cerca de 800 mil euros, tendo o imposto sobre os lucros registado em 2007 e os Ganhos com operações descontinuadas registado em 2006 contribuído para que o crescimento não tenha sido ainda maior.



Contas Individuais

As contas individuais foram elaboradas com base nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC) à semelhança das contas comparáveis dos anos transactos.

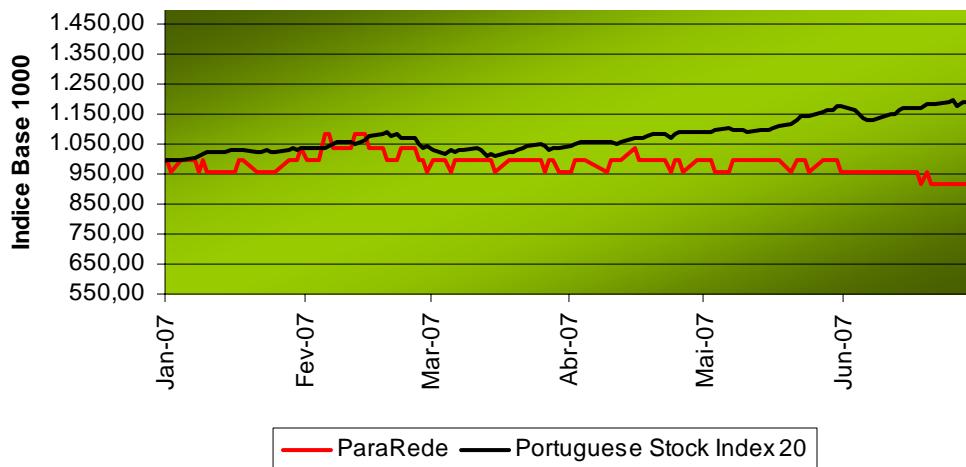
O Resultado líquido negativo apurado neste período foi de 2.527.455 euros o que traduz um ligeiro decréscimo de 223.143 euros face a igual período de 2006.

Mercado de Capitais

O desempenho do título ParaRede durante este semestre foi inferior ao índice PSI20, desvalorizando-se 8%, enquanto o principal índice bolsista nacional neste período valorizou apenas 19% neste período. Apesar desta desvalorização o volume de transacções continuou a ser muito elevado com uma média de transacções de 2 milhões de acções por dia durante o semestre.



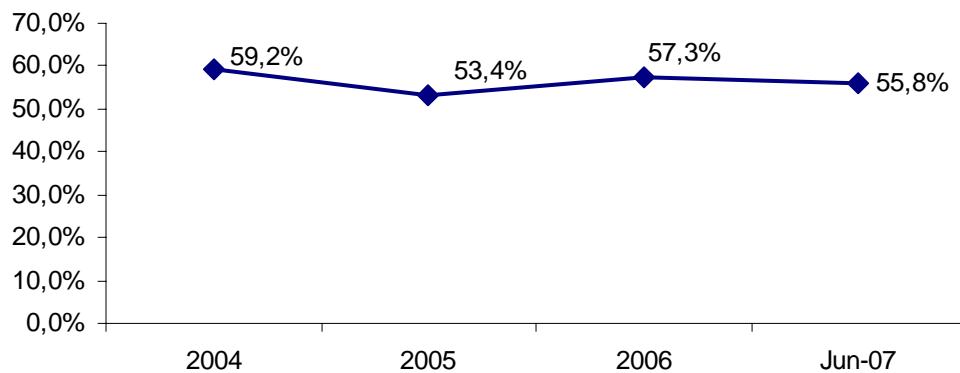
Comparação da Performance Bolsista da ParaRede e do PSI 20 durante o 1º Semestre de 2007



Autonomia Financeira

Como se pode verificar pelo gráfico abaixo, a ParaRede apresenta um rácio de autonomia financeira que atesta a adequação da estrutura de capitais.

Evolução da Autonomia Financeira



Nota: O indicador de 2007 está corrigido do aumento de capital da SBO

**Factos relevantes ocorridos no primeiro semestre**

- a) Assinatura do contrato nos termos do qual a sociedade SOL-S E SOLSUNI – TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO,S.A. ("SOL-S") será integrada na PARAREDE;
- b) Assinatura de MoU para que a ByteCode seja integrada na PARAREDE através de aumento de capital desta última a ser proposto à Assembleia Geral da Sociedade e a realizar com entradas em espécie pelos actuais sócios da ByteCode;
- c) Assinatura do contrato nos termos do qual a sociedade BYTECODE – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, LDA ("BYTECODE") será integrada na PARAREDE;
- d) ParaRede informa sobre aumento de capital que se encontra totalmente realizado, passando o mesmo a ser de € 39.110.599,80. Este aumento de capital foi deliberado em Assembleia Geral de 19 de Março de 2007, tendo o mesmo sido realizado por entradas em espécie com a transmissão para a PARAREDE da totalidade das acções representativas do capital social da SOL-S E SOLSUNI – TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A.
- e) Assinatura de MoU para que a SBO – SERVIÇOS DE BACK-OFFICE, S.A. ("SBO") seja integrada na PARAREDE através de aumento de capital desta última a ser proposto à Assembleia Geral da Sociedade e a realizar com entradas em espécie pelos actuais sócios da SBO;
- f) ParaRede informa sobre aumento de capital que se encontra totalmente realizado, passando o mesmo a ser de € 41.818.933,10. Este aumento de capital foi deliberado em Assembleia Geral de 7 de Maio de 2007, tendo o mesmo sido realizado por entradas em espécie com a transmissão para a PARAREDE da totalidade das acções representativas do capital social da BYTECODE – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, LDA
- g) Assinatura do contrato nos termos do qual a sociedade SBO – SERVIÇOS DE BACK-OFFICE, S.A. ("SBO") será integrada na PARAREDE;

Alteração de Perímetro de Consolidação

As contas agora apresentadas traduzem a soma das actividades com que a ParaRede encerrou o ano de 2006, bem como, as aquisições efectuadas em 2007, que foram incluídas nas contas do grupo cronologicamente de acordo com a data em que o Grupo passou a controlar a gestão operacional das empresas adquiridas.

Desta forma, as contas do primeiro semestre de 2007 do Grupo ParaRede, incluem, o segundo trimestre da Sol-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, S.A. e da ByteCode – Serviços de Informática e Telecomunicações, Lda, assim como, o mês de Junho da SBO – Serviços de Back-Office, S.A.

Por outro lado, as contas apresentadas relativas a Junho de 2006, incluem os primeiros cinco meses das Unidades de Negócio de *Electronic Markets, Customer and Process Management e de Prestação de Serviços nas áreas de Tecnologias de Informação em Angola*, alienadas em Junho de 2006.



Acções próprias

Durante o primeiro semestre de 2007 não foram transaccionadas acções próprias.

Negócios com a sociedade

Não foram concedidas quaisquer autorizações para a realização de negócios entre a sociedade e os seus Administradores durante o primeiro semestre de 2007.

Sucursais

A sociedade não tem sucursais.

Perspectivas para o segundo semestre de 2007

O primeiro semestre caracterizou-se pelo forte empenho do Grupo na integração das empresas adquiridas. Apesar dos custos de reestruturação e dos custos não optimizáveis a curto prazo, a margem EBITDA consolidada cifrou-se em 5,6%. Este valor permite-nos perspectivar com confiança os objectivos de rentabilidade definidos para o triénio.

Este semestre – o sexto trimestre consecutivo com resultados líquidos positivos – vem reforçar o objectivo para o final deste ano de uma margem EBITDA de 4% a 5%, bem como de uma margem EBITDA de 8% a 10% para o ano de 2009.

Durante o próximo trimestre continuaremos a optimizar a integração das actividades adquiridas de forma a maximizar a sua rentabilidade. Não deixaremos contudo de analisar activos que obedeçam aos critérios anteriormente enunciados.

Lisboa, 18 de Julho de 2007

O Conselho de Administração



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º Semestre de 2007

**Participação dos Membros dos Órgãos
de Administração e Fiscalização, na Sociedade e em Sociedades em relação
de domínio ou de Grupo
(Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)**

Conselho Administração da ParaRede, SGPS	Adquiridas			Oneradas	Vendidas			Acções detidas 31-Dec-06
	Quantidade	Data	Preço(Eur)		Quantidade	Data	Preço(Eur)	
Pedro Rebelo Pinto ^(a)	225.000	Jun-06	0,22	-	-	-	-	225.000
Pedro Rebelo Pinto ^(a)	100.000	Mar-07	0,23	-	-	-	-	100.000
João Nuno da Costa Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Manuel de Barros Inácio	-	-	-	-	-	-	-	-
Luis Manuel de andrade Pires	-	-	-	-	-	-	-	150
Ricardo Jorge Alvares Sousa Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal da ParaRede, SGPS	Adquiridas			Oneradas	Vendidas			Acções detidas 31-Dec-06
	Quantidade	Data	Preço(Eur)		Quantidade	Data	Preço(Eur)	
Vítor Rodrigues de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	150
Hernani da Silva Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcos Ventura de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-
Paula Alexandra silveira	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Título indireto de 39 397 260 acções, pelo facto de ser accionista e membro do Conselho de Administração da Structured Investments, SGPS, S.A.

Participações Qualificadas

Para efeitos da alínea e) do nº 1 do artigo 6º do regulamento 11/2000 da CMVM, apresenta-se a lista de titulares de participações qualificadas conhecidas a 30 de Junho de 2007 calculadas nos termos do art.20º do Código dos Valores Mobiliários, e também, para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, quanto à lista dos accionistas que na data do encerramento do primeiro semestre de 2007, são titulares de pelo menos um décimo do capital da Sociedade:

Participação qualificada na ParaRede, SGPS, S.A.	nº de acções	% do Capital	% dos Dtos de voto
Structured Investments, SGPS, S.A.	39.397.260	9,42%	9,42%
Banco Espírito Santo, S.A.	28.814.890	6,89%	6,89%
Mota Engil	20.347.958	4,86%	4,86%
António Henriques	9.027.778	2,15%	2,15%
José Luis Silva	9.027.778	2,15%	2,15%
Pedro Félix	9.027.777	2,15%	2,15%



Balanço Consolidado

Valores em euros

	30-Jun-07	31.Dez.2006
ACTIVO		
Não corrente		
Activos fixos tangíveis	1.430.884	951.764
Activos intangíveis	68.038.069	44.893.885
Investimentos em associadas	29.500	4.500
Impostos diferidos activos	6.549.143	6.726.578
Contas a receber de clientes e outros devedores	-	-
	76.047.596	52.576.727
Corrente		
Existências	2.411.278	2.478.750
Contas a receber de clientes e outros devedores	22.622.445	17.799.365
Caixa e equivalentes de caixa	1.645.777	301.097
Acréscimos e diferimentos activos	9.416.892	4.148.740
	36.096.392	24.727.952
Total do Activo	112.143.988	77.304.679
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital		
Capital social	41.818.933	36.371.469
Prémios de emissão	7.352.536	-
Outras reservas	7.618.287	1.844.801
Resultados retidos de exercícios anteriores	310.669	5.773.487
Resultados retidos no exercício	512.413	310.669
	57.612.839	44.300.426
Interesses minoritários	-	-
	57.612.839	44.300.426
PASSIVO		
Corrente		
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	20.297.859	11.097.621
Empréstimos	19.536.731	13.321.788
Provisões para outros passivos e encargos	239.844	125.507
Acréscimos e diferimentos passivos	14.456.714	8.459.337
	54.531.149	33.004.253
Total do Passivo	54.531.149	33.004.253
Total do Capital Próprio e Passivo	112.143.988	77.304.679

As notas nas paginas 17 a 43 são consideradas uma parte integral das demonstrações financeiras consolidadas interinas



Demonstração dos Resultados Consolidados

Valores em euros

	Jun-07	Jun-06	Var	Variação homóloga
Vendas	11.432.768	10.678.622	754.146	7%
Prestação de serviços	15.251.021	14.949.861	301.160	2%
Custo das vendas	(9.519.850)	(8.424.149)	(1.095.700)	13%
Subcontratos	(6.445.147)	(7.033.151)	588.004	-8%
Margem Bruta	10.718.793	10.171.182	547.610	5%
Fornecimentos e serviços externos	(2.542.817)	(2.585.546)	42.729	-2%
Custos com pessoal	(6.887.139)	(7.112.429)	225.290	-3%
Outros ganhos e perdas - líquidas	194.878	212.073	(17.195)	-8%
Resultado operacional bruto	1.483.714	685.280	798.434	117%
Depreciações e amortizações	(298.718)	(439.872)	141.155	-32%
Perdas por imparidade	-	-	-	-
Resultado operacional	1.184.997	245.408	939.589	383%
Resultados financeiros	(478.219)	(290.389)	(187.830)	65%
Ganhos em empresas associadas	-	-	-	-
Resultado antes de impostos sobre lucros	706.777	(44.981)	751.759	1671%
Imposto sobre lucros	(194.365)	-	(194.365)	-
Resultados depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas	512.413	(44.981)	557.394	1239%
Ganhos com operações descontinuadas	-	146.884	-	-
Resultado líquido do exercício	512.413	101.903	410.510	403%

As notas nas páginas 17 a 43 são consideradas uma parte integral das demonstrações financeiras consolidadas interinas



Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados

Nota	Atribuível a detentores do capital						Total Capital Próprio
	Capital social	Prémios de emissão de ações	Ações próprias	Outras reservas	Resultados retidos	Interesses minoritários	
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	36.371.470	17.202.967	-	1.929.924	(11.514.603)	-	43.989.758
Resultado líquido do 1º semestre	-	-	-	-	101.902	-	101.902
Redução capital p/ cobertura de prejuízos	-	(17.202.967)	-	-	17.202.967	-	(0)
Saldo em 30 de Junho de 2006	36.371.470	(0)	-	1.929.924	5.790.266	-	44.091.660
Resultado líquido 2º semestre	-	-	-	-	208.766	-	208.766
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	36.371.470	(0)	-	1.929.924	5.999.032	-	44.300.426
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	36.371.470	(0)	-	1.929.924	5.999.032	-	44.300.426
Aumento capital por entrada em especie	5.447.464	7.352.536					12.800.000
Resultado líquido do 1º semestre	16	-	-	-	-	512.413	512.413
Saldo em 30 de Junho de 2007	41.818.934	7.352.536	-	1.929.924	6.511.445	-	57.612.839

A ADMINISTRAÇÃO

As notas nas páginas 17 a 43 são consideradas uma parte integral das demonstrações financeiras consolidadas interinas



Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidado

Semestre findo em 30 de Junho

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	25.923.025	26.046.777
Pagamentos a fornecedores	(19.391.335)	(24.815.942)
Pagamentos ao pessoal	(8.220.602)	(7.439.910)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	(1.688.912)	(6.209.075)
Pagamentos / recebimentos imposto s/ rendimento	11.665	(100.353)
Outros pagamentos / recebimentos relat. activ. operacionais	(1.258.618)	(1.458.362)
	(1.246.953)	(1.558.715)
<i>Fluxo de actividades operacionais</i>	(2.935.865)	(7.767.790)
Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Aquisição de uma subsidiária	31	0
Variação Perímetro		1.119.575
Activos fixos tangíveis		0
Subsídios de investimento		0
Juros e proveitos similares		17.200
	1.136.775	243.564
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de um negócio	31	0
Investimentos financeiros		0
Activos fixos tangíveis		127.020
Activos intangíveis		0
	127.020	34.656
<i>Fluxo actividades de investimento</i>	1.009.755	207.908
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	20	9.669.040
Aumento capital, prest. suplem., prémios emissão		0
Juros e proveitos similares		0
	9.669.040	8.455.453
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	20	5.837.580
Amortização contratos locação financeira		0
Juros e custos similares		560.671
	6.398.251	1.009.703
<i>Fluxo actividades de Financiamento</i>	3.270.789	7.445.750
<i>Variações de caixa e seus equivalentes</i>	1.344.680	(114.132)
<i>Efeito das diferenças de câmbio</i>		
<i>Caixa e seus equivalentes - início do exercício</i>	15	301.097
<i>Caixa e seus equivalentes - fim do exercício</i>	15	1.645.777

A ADMINISTRAÇÃO

As notas nas paginas 17 a 43 são consideradas uma parte integral das demonstrações financeiras consolidadas interinas



Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Interinas 30 de Junho de 2007

(valores em euros)

1 Informação Geral

A ParaRede SGPS, SA (empresa mãe) e as suas filiais (Grupo ou ParaRede) têm como actividades principais a prestação de serviços e venda de produtos na área das tecnologias de informação, assumindo-se como integrador de sistemas. As actividades do Grupo ocorrem principalmente em Portugal, no entanto, paralelamente existe uma operação em Espanha e a partir do inicio de 2005 passou a haver transações significativas nos países Africanos de expressão portuguesa, sobretudo em Angola.

Durante o primeiro semestre de 2007, a empresa procedeu a 2 aumentos de capital, na modalidade de entradas em espécie, mediante a transmissão da totalidade das acções representativas do capital social da Sol S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA e das quotas representativas do capital social da Bytecode – Serviços de Informática e Telecomunicações, Lda.

O perímetro do Grupo foi também alargado com a inclusão, a partir de Junho, da empresa SBO – Serviços de Back Office, SA.

Estas alterações dotaram o Grupo de novas competências, nomeadamente ao nível dos Sistemas de Mobilidade e de Business Process Outsourcing.

A ParaRede SGPS, SA é uma sociedade anónima, domiciliada em Portugal, com sede na Rua Laura Alves, 12 – 3º, Lisboa.

A empresa mãe foi constituída em Dezembro de 1995 com o objectivo de definir, rever e controlar a missão e as linhas de orientação estratégicas do Grupo.

O Grupo, desde Junho de 1999, que se encontra cotado na Euronext Lisboa (ex-BVLP).

As demonstrações financeiras consolidadas interinas foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração de 17 de Julho de 2007.

2 Sumário das políticas contabilísticas mais significativas

2.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas interinas do Grupo ParaRede foram preparadas para os primeiros seis meses do ano, findo em 30 de Junho de 2007, de acordo com IAS 34, “*Interim Financial Reporting*”.

Estas demonstrações financeiras interinas foram preparadas de acordo com as normas IFRS “*International Financial Reporting Standards*” (Normas Internacionais de Relato



Financeiro), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as Interpretações do

International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) emitidas e vigentes à data da preparação das demonstrações financeiras.

Os principais critérios contabilísticos aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritos abaixo. Estas políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas aos períodos aqui apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até 31 de Dezembro de 2004. Os princípios contabilísticos portugueses diferem em algumas áreas face aos IFRS. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas interinas de 2007 do Grupo, a Administração alterou certos métodos de contabilização e valorização, aplicados nas demonstrações financeiras portuguesas de maneira a cumprir com os IFRS.

Estas demonstrações financeiras consolidadas interinas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação dos activos financeiros disponíveis para venda, e pelos activos financeiros e passivos financeiros valorizados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IAS 34 exige a utilização de estimativas contabilísticas. A Administração necessita também de exercer julgamento sobre o processo de aplicação dos princípios contabilísticos da empresa. As áreas que envolvem maior grau de complexidade e julgamento ou as áreas sobre as quais os pressupostos e as estimativas são mais significativas são divulgadas na nota 4.

2.2 Consolidação

2.2.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades com finalidades especiais) sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis é considerada quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É usado o método da aquisição integral para contabilizar a aquisição das subsidiárias pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição mais os custos directamente atribuíveis à aquisição.



Os activos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos e passivos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados do período (ver nota 2.6).

As transacções intragrupo e os saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido (ver nota 2.7). As políticas contabilísticas de subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

2.2.2 Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O investimento do Grupo em associadas inclui o *goodwill* (líquido de perdas por imparidade) identificado na data de aquisição (ver nota 2.6).

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas, após a aquisição, é reconhecida em reservas, por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na mesma, incluindo contas a receber não cobertas por garantias, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais excepto se tiver incorrido em obrigações ou efectuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados ao limite da participação do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido (ver nota 2.7). As políticas contabilísticas de associadas foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está envolvido em fornecer produtos ou



serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Dadas as características da actividade operacional do Grupo a esta data, considera-se existir apenas um segmento de negócio relatável.

2.4 Conversão cambial

2.4.1 Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da empresa mãe.

2.4.2 Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão, pela taxa à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando diferido em capital próprio, se se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa.

2.4.3 Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tendo divisas de uma economia hiper-inflacionária) que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras;
- (ii) Proveitos e custos da demonstração dos resultados são convertidos pela taxa média de câmbio (a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções); e
- (iii) As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no capital próprio.

Na consolidação, as diferenças de câmbio resultantes da conversão do investimento líquido em entidades estrangeiras, de empréstimos e de outros instrumentos financeiros designados como cobertura de tais investimentos, são levadas aos capitais



próprios. Quando uma operação estrangeira é vendida, essas diferenças de câmbio são reconhecidas na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O *goodwill* e ajustamentos ao justo valor resultantes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como activos ou passivos da entidade estrangeira e convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento.

2.5 Activos fixos tangíveis

As imobilizações corpóreas são compostas, essencialmente, por equipamento básico e administrativo. As imobilizações corpóreas são relevadas ao custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, os custos directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	<u>N.º de anos</u>
• Edifícios e outras construções	5 a 50
• Equipamento básico	3 a 10
• Ferramentas e utensílios	3 a 10
• Equipamento de transporte	3 a 6
• Equipamento administrativo	3 a 10
• Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

O valor residual de um activo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de cada balanço.

Quando a quantia registada de um activo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada imediatamente para o seu valor recuperável (ver nota 2.7)

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do período.



2.6 Activos intangíveis

2.6.1 Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da subsidiária/associada na data de aquisição. O *goodwill* de aquisições de subsidiárias é incluído nos activos intangíveis. O *goodwill* de aquisições de associadas é incluído em investimentos em associadas.

O *goodwill* é apurado na data de aquisição numa base provisória e os justos valores dos activos e passivos adquiridos e do custo de aquisição podem ser alterados até ao fim do exercício seguinte à data da aquisição.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do *goodwill* referente à mesma.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o *goodwill* é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento, do Grupo, em cada uma das áreas de negócio em que o mesmo opera (ver nota 2.7).

2.6.2 Trespasses sobre negócios

Os trespasses sobre negócios representam os valores pagos pela empresa para adquirir um negócio a outra entidade, ou para adquirir um direito legal por um período de vida definido. Os trespasses encontram-se relevados ao custo de aquisição deduzido de amortizações, sempre que o contrato tenha vida útil finita, e o custo de aquisição sujeito a testes de imparidade, nos casos em que a vida útil não esteja definida.

2.6.3 Intangíveis desenvolvidos internamente

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como activos intangíveis, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As despesas de desenvolvimento anteriormente registadas como custo, não são reconhecidas como um activo no período subsequente. Os custos de desenvolvimento que têm uma vida útil finita, e foram capitalizados, são



amortizados desde o momento da sua comercialização, pelo método das quotas constantes, pelo período de benefício económico esperado que por norma não excede os cinco anos.

Os principais intangíveis desenvolvidos internamente estão relacionados com o desenvolvimento de produtos de software considerado identificável e único, controláveis pelo Grupo, e que se espera venham a gerar benefícios económicos, por um período de mais de um ano, superiores ao investimento efectuado.

Os custos capitalizados nesta rubrica são valorizados em função dos gastos com mão de obra directa bem como os custos directamente associados aos mesmos e, os custos incorridos com subcontratações de entidades externas.

2.6.4 Propriedade intelectual e outros direitos

Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição. A rubrica de propriedade intelectual e outros direitos tem uma vida útil definida e é contabilizada ao custo deduzido de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas usando o método das quotas constantes por um período de 3 anos.

2.7 Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização mas, são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos que são sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram relevados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia relevada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre justo valor do activo, menos os custos de realização, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados pelo menor grupo identificável de activos que geram influxos de caixa derivados do uso continuado e que sejam, em larga medida, independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupo de activos (unidades geradoras de fluxos de caixa).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas de imparidade do goodwill – ver Nota 2.6.1). Esta análise é efectuada sempre que existem indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como outros ganhos e perdas operacionais. Contudo, a reversão de perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (liquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.



2.8 Existências

As existências, incluindo principalmente mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, são registadas ao mais baixo valor entre o custo e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para os colocar no seu local e na sua condição actual.

Os custos de financiamento são excluídos. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as actividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

O método de custeio adoptado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

2.9 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas para imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor da perda por imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos”.

2.11 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.



Quando a empresa ou as suas filiais adquirem acções próprias da empresa mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos accionistas, e apresentado como acções próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

2.12 Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.13 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e, que se espera, sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.14 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) o Grupo tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que um exfluxo de



recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.15 Subsídios

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que o Grupo cumprirá as obrigações inerentes e o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante o período em que são reconhecidos os custos que eles visam compensar.

Os subsídios relativos a investimentos em activos fixos tangíveis são incluídos nos passivos não-correntes, como subsídios do estado diferidos, e são reconhecidos em resultados, numa base sistemática durante o período esperado de vida dos activos correspondentes.

2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

2.16.1 Venda

As vendas de produtos (hardware e software) são reconhecidas quando uma entidade do Grupo forneça produtos ao cliente, o cliente aceite os produtos e a cobrança seja razoavelmente garantida.

2.16.2 Prestação de serviços

Geralmente os proveitos com projectos de consultoria são reconhecidos na data efectiva em que os serviços são prestados.

Os proveitos com projectos de consultoria em regime de contrato fechado, são reconhecidos através do método da percentagem de acabamento, com base nos totais de custos incorridos, estimativas de custos a incorrer e facturação contratada para conclusão dos mesmos, preparadas pelos responsáveis técnicos de cada projecto. Desta forma, para os projectos em curso à data de balanço, as rubricas acréscimos de custos, custos diferidos, acréscimos de proveitos e proveitos diferidos são ajustadas de forma a demonstrar o resultado de cada projecto no final do período.



2.16.3 Manutenção / Suporte

Os proveitos relacionados com contratos de manutenção/suporte são reconhecidos no período de contrato de acordo com quotas constantes.

2.16.4 Juros

A receita de juros é reconhecida numa base de proporcionalidade de tempo que tome em consideração o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse do bem for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração dos resultados, pelo método das quotas constantes, durante o período da locação.

No caso dos contratos de locação financeira, os activos fixos tangíveis immobilizados adquiridos, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado nos activos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. As amortizações daqueles bens e os juros incluídos no valor das rendas são registadas nos resultados do exercício a que respeitam.

Locações de activos fixos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Cada pagamento efectuado é segregado entre o passivo em dívida e o encargo financeiro, de forma a obter-se uma taxa constante sobre a dívida em aberto. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros são incluídas em “Empréstimos”. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo ou o prazo da locação.



3 Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro.

3.1 Risco de crédito

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado que limitam o montante de crédito a que têm acesso os seus clientes. O acesso, pelo Grupo, a crédito é realizado com instituições financeiras credíveis.

3.2 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

3.3 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro

Como o Grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco de taxa de juro do Grupo resulta de empréstimos a curto e longo prazos. Os empréstimos de taxa variável expõem o Grupo ao risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro. A Administração não considera economicamente necessária a implementação de uma política de gestão de risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro dado que a dívida remunerada do Grupo não é considerada materialmente relevante.

4 Estimativas contabilísticas e pressupostos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas



no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e acções correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

4.1 Estimativa da imparidade do goodwill

O Grupo testa anualmente se o goodwill se encontra em imparidade, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa foram calculados de acordo com o seu valor em uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

4.2 Impostos Diferidos

O Grupo contabiliza impostos diferidos activos com base nos prejuízos fiscais existentes à data de balanço e no cálculo de recuperação dos mesmos. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

4.3 Réido

O reconhecimento do réido pelo Grupo é feito com recurso a análises e estimativas da gestão no que concerne ao desenvolvimento actual e futuro dos projectos de consultoria, os quais podem vir a ter um desenvolvimento futuro diferente do orçamentado à presente data.

5 Informação por segmentos

Dadas as características da actividade operacional do Grupo a esta data, considera-se existir apenas um segmento de negócio relatável. No entanto, por questões funcionais, a Administração definiu uma estrutura organizativa que assenta em quatro linhas de negócio:

- Infra-estruturas
- Serviços
- Tecnologias próprias
- Serviços partilhados



6 Empresas incluídas e excluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral à data de 30 de Junho de 2007, eram as seguintes (todas detidas a 100% pelo grupo):

Empresa Holding, empresas filiais e associadas	Sede Social	Capital Social
ParaRede SGPS, SA	Lisboa	41.818.933
ParaRede - Tecnologias de Informação , SA	Lisboa	4.367.935
ParaRede BJS, SA	Madrid	1.899.198
ParaRede Netpeople - Tecnologias de Informação , SA	Lisboa	225.000
Sol S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	5.000.000
Bytecode - Serviços de Informática e Telecomunicações, Lda	Lisboa	7.500
SBO - Serviços de Back Office, SA	Lisboa	50.000

7 Activos fixos tangíveis

	30.Junho.07			31.Dezembro.06		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	24.691	-	24.691	24.691	-	24.691
Edifícios e outras construções	588.587	118.324	470.263	298.427	75.819	222.608
Equipamento básico	1.176.646	1.030.512	146.134	295.161	158.098	137.063
Equipamento de transporte	440.888	374.744	66.144	72.672	49.938	22.734
Ferramentas e utensílios	107.087	95.482	11.605	82.293	68.193	14.100
Equipamento administrativo	6.102.891	5.395.593	707.298	1.963.866	1.437.555	526.311
Outras	24.104	19.355	4.749	19.648	15.391	4.257
	8.464.894	7.034.010	1.430.884	2.756.758	1.804.994	951.764



	Saldo em 01.01.07	Aquisições /Dotações	Abates/ Alienações	Transferencias	Variação Perímetro	Saldo em 30.06.07
<i>Custo</i>						
Terrenos e recursos naturais	24.691	-	-	-	-	24.691
Edifícios e outras construções	298.427	-	-	-	290.160	588.587
Equipamento básico	295.162	22.148	-	-	859.337	1.176.647
Equipamento de transporte	72.671	26.311	(46.300)	-	388.205	440.887
Ferramentas e utensílios	82.293	692	-	-	24.102	107.087
Equipamento administrativo	1.963.866	58.301	-	-	4.080.723	6.102.890
Outras	19.648	838	-	-	3.619	24.105
	2.756.758	108.290	(46.300)	0	5.646.146	8.464.894
<i>Amortizações acumuladas</i>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	0
Edifícios e outras construções	75.819	39.410	-	-	3.095	118.324
Equipamento básico	158.099	36.065	-	-	836.349	1.030.513
Equipamento de transporte	49.937	21.914	(42.442)	-	345.334	374.743
Ferramentas e utensílios	68.193	3.187	-	-	24.102	95.482
Equipamento administrativo	1.437.556	135.556	(53)	-	3.822.535	5.395.594
Outras imobilizações corpóreas	15.390	2.091	-	-	1.873	19.354
	1.804.994	238.223	(42.495)	0	5.033.288	7.034.010

Os contratos de locação financeira estão relevados da seguinte forma:

30 de Junho de 2007

Descrição do Bem	Valor Aquisição	Amortização Acumulada	Valor líquido
Viaturas	52.231	32.633	19.598
Edifícios	354.138	25.737	328.401
Equipamento informático	102.495	87.021	15.474
Totais	508.864	145.391	363.473

31 de Dezembro de 2006

Descrição do Bem	Valor Aquisição	Amortização Acumulada	Valor líquido
Viaturas	69.531	46.798	22.733
Edifícios	98.762	20.740	78.022
Equipamento informático	102.495	74.209	28.286
Totais	270.788	141.747	129.041



8 Activos intangíveis

	30.Junho.07			31.Dezembro.06		
	Custo	Amortizações acumuladas e imparidades	Valor líquido	Custo	Amortizações acumuladas e imparidades	Valor líquido
Propriedade intelectual e outros direitos	1.064	268	796	-	-	-
Goodwill	101.014.702	33.159.218	67.855.484	70.564.871	25.910.216	44.654.655
Intangíveis desenvolvidos internamente	2.695.676	2.513.887	181.789	358.844	119.614	239.230
Outros	-	-	0	-	-	0
	103.711.442	35.673.373	68.038.069	70.923.715	26.029.830	44.893.885
<i>Custo</i>	<i>Saldo em 01.01.07</i>	<i>Aquisições /dotações</i>	<i>P.imparidade / abates</i>	<i>Transf.</i>	<i>Variação perimetro</i>	<i>Saldo em 30.06.07</i>
Propriedade intelectual e outros direitos	-	-	-	-	1.064	1.064
Goodwill	70.564.871	23.200.830	-	-	7.249.001	101.014.702
Intangíveis desenvolvidos internamente	358.844	-	-	-	2.251.437	2.610.281
Outros	0	-	-	-	85.395	85.395
	70.923.715	23.200.830	(0)	0	9.501.502	103.711.442
<i>Amortizações e imparidades acumuladas</i>						
Propriedade intelectual e outros direitos	-	-	-	-	325	325
Goodwill	25.910.216	-	-	-	7.249.001	33.159.217
Intangíveis desenvolvidos internamente	119.614	59.834	-	-	2.251.437	2.430.885
Outros	-	661	-	-	82.285	82.946
	26.029.830	60.495	(0)	0	9.583.048	35.673.373

Na rubrica de intangíveis desenvolvidos internamente, a 30 de Junho de 2007, encontram-se relevados dois projectos relacionados com o desenvolvimento interno de produtos próprios:

POS Sedna	250.578
POS Europa	<u>108.266</u>
	358.844

O valor de Goodwill existente à data de 30 de Junho de 2007 ascende a 67.855 mil euros líquidos dizendo respeito às seguintes operações:

Transacção	Valor bruto	Amortizações e Imparidades acumuladas	Valor líquido
Eurociber (2000)	42.071.472	22.223.085	19.848.387
WEN (2005)	22.706.268	-	22.706.268
ParaRede BJS (1999)	3.687.131	3.687.131	0
GAIN (2005)	2.100.000	-	2.100.000
Sol S e Solsuni (2007)	12.402.342	-	12.402.342
Bytecode (2007)	6.218.502	-	6.218.502
SBO (2007)	4.579.986	-	4.579.986



Apesar de em 30 de Junho de 2007 não ter sido feito qualquer teste de imparidade , a Administração considera que não existe qualquer imparidade adicional dos intangíveis, além dos montantes acima mencionados.

9 Investimentos em associadas

Participada	Sede	%
ACETECNO - Tecnologias de Informação Comunicações e Electronica, ACE	Lisboa	20%
OUTSCRIPT, SA	Lisboa	50%

10 Impostos diferidos activos

O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) é auto-liquidado pelas empresas que constituem o Grupo e, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estas podem ser sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de 10 anos. A Administração entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2007.

Os prejuízos fiscais gerados pelas empresas que constituem o Grupo em Portugal sujeitos também a inspecção e eventual ajustamento, podem ser deduzidos a lucros fiscais nos seis anos seguintes. O montante de prejuízos fiscais por utilizar e os anos limite para a sua dedução são os seguintes:

Ano de prejuízo fiscal	Valores em M€	Ano limite para dedução
2001	36.835	2007
2002	45.892	2008
2003	27.721	2009
2004	42	2010
2005	6.777	2011
2006	434	2012
Total de prejuízos fiscais disponíveis	117.701	
Valor estimado dedutível no futuro	23.815	
Taxa de Imposto	27,50%	
Imposto diferido Activo	6.549	



Tendo em conta as previsões do resultado fiscal dos próximos exercícios, foi reconhecido, pela primeira vez, no exercício de 2004, um imposto diferido activo, no montante de 8.455 mil euros – montante que traduzia, de uma forma conservadora, as expectativas que o Grupo tinha relativamente aos resultados dos próximos exercícios.

Este valor foi diminuído em cerca de 1.728 mil euros em 2005 e 2006, sendo que no final do ano de 2006 o valor ascendia a 6.726.578 euros

No primeiro semestre de 2007, o Imposto Diferido Activo foi reduzido em 177.435 euros por via do cálculo da previsão de imposto indexado ao resultado, fixando o valor em 6.549 mil euros.

11 Existências

	30.06.07	31.12.06
Mercadorias	1.932.853	1.969.733
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	903.525	707.751
	2.836.378	2.677.484
Provisão para imparidade	(425.100)	(198.734)
	2.411.278	2.478.750



12 Contas a receber de clientes e outros devedores

	<u>30.06.07</u>	<u>31.12.06</u>
Clientes de conta corrente	20.711.114	16.962.273
Clientes de cobrança duvidosa	1.680.170	920.282
Perdas por imparidade	<u>(1.574.237)</u>	<u>(785.894)</u>
	<u>20.817.047</u>	<u>17.096.661</u>
Pessoal	4.939	0
Impostos	901.350	414.800
Outros devedores	<u>899.109</u>	<u>287.904</u>
	<u>1.805.398</u>	<u>702.704</u>
	<u>22.622.445</u>	<u>17.799.365</u>

A rubrica clientes de conta corrente inclui as facturas dos clientes que foram cedidas à empresa de factoring, no valor de 3.000 mil euros, e cujo adiantamento se encontra reflectido em empréstimos (ver Nota 19).

A perda por imparidade resulta de análises detalhadas segundo as quais determinados valores em dívida poderão não vir a ser recebidos na sua totalidade.

13 Acréscimos e diferimentos activos

Acréscimos de proveitos	<u>30.06.07</u>	<u>31.12.06</u>
Subsídios	150.000	150.000
Projectos em curso	<u>3.965.109</u>	<u>1.711.748</u>
	<u>4.115.109</u>	<u>1.861.748</u>

Custos diferidos

Rendas	69.147	35.680
Seguros	31.118	32.824
Projectos em curso	3.968.846	2.070.063
Publicidade	951	3.100
Trabalhos especializados	16.800	40.331
Outros custos diferidos	<u>1.214.921</u>	<u>104.994</u>
	<u>5.301.783</u>	<u>2.286.992</u>
	<u>9.416.892</u>	<u>4.148.740</u>



14 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30.06.07</u>	<u>31.12.06</u>
Caixa	8.552	3.541
Depósitos bancários de curto prazo	1.637.225	297.556
	<u>1.645.777</u>	<u>301.097</u>

15 Capital social

	Número de Acções	Capital social	Prémio de emissão	Acções próprias	Total
Em 31 de Dezembro de 2006	363.714.694	36.371.470	0	0	36.371.470
Aumento capital entrada em espécie	54.474.637	5.447.463	7.352.536	-	12.799.999
Redução de capital para cobrir prejuízos	-	-	-	-	0
Alienação de acções próprias	-	-	-	-	0
Em 30 de Junho de 2007	418.189.331	41.818.933	7.352.536	0	49.171.469

Durante o primeiro semestre de 2007, a empresa viu o seu capital social aumentado por entradas em espécie.

O capital social encontra-se integralmente realizado em 30 de Junho de 2007.

16 Reservas e resultados acumulados

	Reserva legal	Outras reservas	Resultados retidos	Interesses minoritários	Total
Em 31 de Dezembro de 2006	1.844.801	0	6.084.156	0	7.928.957
Redução capital p/ cobrir prejuízos	-	-	-	-	0
Resultado do ano de 2006	-	-	-	-	0
Resultado do periodo	-	-	512.413	-	512.413
Em 30 de Junho de 2007	1.844.801	0	6.596.569	0	8.441.370

17 Contas a pagar a fornecedores e outros credores

	30.06.07	31.12.06
<i>Correntes</i>		
Fornecedores	12.853.052	9.438.813
Estado e outros entes públicos	1.844.935	1.511.318
Colaboradores	28.472	7.906
Outros credores	5.571.400	139.584
	<hr/> 20.297.859	<hr/> 11.097.621
<i>Não correntes</i>		
Outros credores	-	-
Total de contas a pagar a fornecedores e outros credores	<hr/> 20.297.859	<hr/> 11.097.621

À data de 30 de Junho de 2007 todas as contas a pagar a fornecedores e outros credores têm uma natureza corrente, porquanto todas as responsabilidades têm um prazo de vencimento inferior a 1 ano. Na rubrica “Outros credores” encontra-se registado o montante de 5.000.000 euros referente à participação financeira na SBO – Serviços de Back Office, SA.

18 Acréscimos e diferimentos passivos

Acrescimo de custos	30.06.07	31.12.06
Seguros a liquidar	9.110	9.109
Custos com pessoal	2.662.961	1.810.248
Comunicações	22.659	17.225
Trabalhos especializados	176.679	147.968
Conservação	7.037	3.542
Outros	1.456.135	183.645
Juros bancários	132.555	57.177
Projectos em curso	2.946.816	2.211.614
	<hr/> 7.413.952	<hr/> 4.440.528

**Proveitos diferidos**

Subsídios	17.459	10.894
Projectos em curso	7.025.303	4.007.915
Outros proveitos diferidos	-	-
	<u>7.042.762</u>	<u>4.018.809</u>
	<u><u>14.456.714</u></u>	<u><u>8.459.337</u></u>

19 Empréstimos

	30.06.07	31.12.06
Dívidas a instituições de crédito	16.186.662	8.096.581
Credores por locação financeira	280.109	83.015
Adiantamento de factoring	<u>3.350.069</u>	<u>5.142.192</u>
	<u><u>19.816.840</u></u>	<u><u>13.321.788</u></u>

Os valores constantes da rubrica “dívidas a instituições de crédito” são referentes a linhas de crédito autorizadas que não se encontram totalmente utilizadas, à excepção de 800 mil euros, referentes a um empréstimo cujos reembolsos são efectuados mensalmente e que deverão terminar em Fevereiro de 2008.

O montante em dívida para com os bancos teve o movimento que se segue:

	30.06.07	31.12.06
Saldo Inicial	8.096.581	2.142.489
Aumento	13.927.661	11.910.000
Amortizações	<u>(5.837.580)</u>	<u>(5.955.908)</u>
Saldo Final	<u><u>16.186.662</u></u>	<u><u>8.096.581</u></u>

A média das taxas de juro efectivas à data do balanço eram as seguintes

	30.06.07	31.12.06
Dívidas a instituições de crédito	5,69%	4,98%
Credores por locação financeira	5,35%	5,40%
Adiantamento de factoring	5,19%	4,52%
	<u><u>5,41%</u></u>	<u><u>4,96%</u></u>



20 Provisões para outros passivos e encargos

	30.06.07	31.12.06
Saldo em 1 de Janeiro	125.507	279.918
Anulação no exercício	-	(279.918)
Reforço	114.337	125.507
Utilizações	-	-
	239.844	125.507

21 Fornecimentos e serviços externos

	30.06.07	30.06.06
Comissões e honorários	49.445	20.287
Outros fornecimentos e serviços	945.720	615.968
Publicidade e propaganda	72.113	138.763
Rendas e alugueres	764.668	820.343
Trabalhos especializados	492.593	671.597
Transportes, deslocações e estadias e desp. representação	218.278	318.588
	2.542.817	2.585.546

22 Custos com o pessoal

	30.06.07	30.06.06
Remunerações dos órgãos sociais	672.870	469.613
Remunerações dos colaboradores	4.858.243	5.231.290
Encargos sobre remunerações	986.668	1.100.190
Outros custos com o pessoal	369.358	311.336
Custos de pessoal capitalizados	-	-
	6.887.139	7.112.429

O número de pessoas em 30 de Junho de 2007 era de 541, já englobando os colaboradores da Sol S & Solsuni, Bytecode e SBO.

23 Outros ganhos e perdas líquidos

Os outros ganhos e perdas líquidos registados dizem respeito fundamentalmente ao reconhecimento de perdas por imparidade (227 mil euros), a redução de provisões (263 mil euros), a proveitos suplementares (144 mil euros) e a outros ganhos e perdas (15 mil euros).



24 Depreciações e amortizações

	30.06.07	30.06.06
<i>Activos fixos tangíveis</i>		
Edifícios e outras construções	39.410	26.420
Equipamento básico	36.065	31.750
Equipamento de transporte	21.914	8.975
Ferramentas e utensílios	3.187	4.789
Equipamento administrativo	135.556	177.010
Outras imobilizações corpóreas	2.091	1.965
	238.223	250.909
<i>Activos intangíveis</i>		
Propriedade industrial e outros direitos	-	-
Intangiveis desenvolvidos internamente	59.834	188.963
Outros	661	-
	60.495	188.963

25 Resultados financeiros

	30.06.07	30.06.06
Juros obtidos	5.318	1.305
Diferenças de câmbio favorável	11.881	44.148
Outros ganhos financeiros	8.057	1.233
Juros pagos	(479.280)	(296.793)
Diferenças de câmbio desfavorável	(24.195)	(40.282)
Outras perdas financeiras	-	-
	(478.219)	(290.389)

26 Impostos sobre resultados

O grupo apresentar um lucro contabilistico antes de impostos de 707 mil euros, tendo sido apurado um valor de imposto de 194 mil euros (ver Nota 10).

27 Resultados por acção

Básico

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários dividido pela média ponderada de acções ordinárias no período, excluindo acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidos como acções próprias.



	<u>30.06.07</u>	<u>30.06.06</u>
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas ordinários	512.413	101.902
Nº médio ponderado de acções ordinárias	372.819.464	363.714.694
Resultado por acção - básico - euros	0,001	0,000

Diluído

O resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

28 Compromissos

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projectos em curso, são discriminados como segue:

	<u>30.06.07</u>	<u>31.12.06</u>
Advanced Ligh System	900.000	-
IVV	983.827	983.827
Outras garantias	530.900	428.057
PT - Sistemas de Informação	207.829	198.829
GIC Hi-Tech	850.000	850.000
Distrilogie	-	269.288
PT Comunicações	285.313	287.395
TMN	142.985	-
IAPMEI	9.191	9.191
Total garantias prestadas	<u>3.910.045</u>	<u>3.026.587</u>

Relativamente ao financiamento concedido pelo BES à ParaRede SGPS, o montante de crédito é de 10 Milhões de euros, mantendo-se o penhor de 100% das acções da ParaRede TI, SA como garantia do mesmo. O montante utilizado em 30 de Junho de 2007 era de 8,8 Milhões de euros.

29 Eventos após a data de balanço

- Em 25 de Julho, a empresa comunicou que no dia 31 de Julho as acções admitidas à negociação na Euronext Lisbon vão ser convertidas em acções nominativas, dando desta forma cumprimento à deliberação da Assembleia Geral de 19 de Março de 2007 de transformar as acções ao portador em nominativas.



- Em 14 de Agosto, foi deliberado aumentar o capital social da Sociedade no montante de €2.097.315,40 (dois milhões noventa e sete mil trezentos e quinze mil euros e quarenta céntimos), na modalidade de entradas em espécie, a realizar com a transmissão para a Sociedade das acções representativas da totalidade do capital social da SBO – SERVIÇOS DE BACK OFFICE, S.A. (“SBO”) detidas pela CAELUM SGPS, S.A., determinando a emissão de 20.973.154 (vinte mil novecentos e setenta e três mil cento e cinquenta e quatro) novas acções da Sociedade, com o valor nominal de € 0,10 (dez céntimos) cada uma e um prémio de emissão de € 0,1384 (zero vírgula três oito quatro euros) por acção, que serão subscritas pela *supra* mencionada accionista da SBO. Foi ainda deliberado alterar a redacção do Artigo Quarto dos Estatutos da Sociedade em conformidade com o aumento de capital acima descrito.

30 Outras Informações

- O Banco Espírito Santo, SA detém uma posição de 6,89% no capital da ParaRede SGPS. As transacções existentes entre o BES e a ParaRede são efectuadas de acordo com as condições de mercado.
- Dada a eliminação da exigência do relatório do auditor para as contas semestrais, as presentes demonstrações financeiras consolidadas interinas não foram sujeitas a auditoria, razão pela qual não faz parte dos documentos de prestação de contas o relatório do auditor.

A Administração



Balanço Individual

Código das Contas	ACTIVO	30.06.2007			30.06.2006
		AB	AA	AL	
	IMOBILIZADO				
	Imobilizações Incorpóreas:				
431	Despesas de Instalação	0	0	0	83.647
432	Despesas de Invest. Desenvolvimento	0	0	0	0
433	Prop. Industrial e Outros Direitos	0	0	0	0
434	Trespasses	91.740.436	41.906.933	49.833.503	32.103.252
44	Imobilizações em curso	0	0	0	0
		91.740.436	41.906.933	49.833.503	32.186.899
	Imobilizações corpóreas:				
426	Equipamento administrativo	336.115	329.845	6.270	18.776
429	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0
		336.115	329.845	6.270	18.776
	Investimentos financeiros:				
41					
4111	Partes de Capital em Empresas do grupo	8.224.911	0	8.224.911	7.435.799
4112	Partes de Capital em Empresas Associadas	0	0	0	0
4113	Partes de Capital em Outras Empresas	0	0	0	0
447	Adiant. Por conta Invest. Financeiros	0	0	0	0
		8.224.911	0	8.224.911	7.435.799
	CIRCULANTE				
	Dividas de terceiros - curto prazo:				
211	Clientes c/c	213.430	0	213.430	0
252	Empresas do Grupo	11.325.794	0	11.325.794	8.672.247
229	Adiantamentos a fornecedores	0	0	0	0
24	Estado e Outros Entes Públicos	160.519	0	160.519	67.910
264	Subscritores de Capital	0	0	0	0
26	Outros devedores	892	0	892	2.815
		11.700.635	0	11.700.635	8.742.972
	Depósitos bancários e caixa:				
12	Depósitos bancários	31.899	0	31.899	18.128
11	Caixa	0	0	0	0
		31.899	0	31.899	18.128
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de Proveitos	0	0	0	0
272	Custos diferidos	114.703	0	114.703	5.479
		114.703	0	114.703	5.479
	Total de amortizações		42.236.778		
	Total de ajustamentos		0		
	TOTAL DO ACTIVO	112.148.699	42.236.778	69.911.921	48.408.053

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



Código das Contas	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	30.06.2007	30.06.2006
	CAPITAL PRÓPRIO		
51	Capital	41.818.933	36.371.470
521	Acções Próprias	0	0
522	Acções Próprias-Desc. e Prémios	0	0
54	Prémios de Emissão de Acções	7.352.536	0
55	Ajust. Partes Cap. Em Filiais e Assoc.	6.522	6.522
57	Reservas		
571	Reservas Legais	1.844.801	1.844.801
574	Reservas Livres	0	0
59	Resultados Transitados	(7.347.514)	(1.768.265)
	Subtotal	43.675.278	36.454.528
88	Resultado Líquido do Exercício	(2.527.455)	(2.750.598)
	Total do Capital Próprio	41.147.823	33.703.930
	PASSIVO		
298	Provisões		
	Outras Provisões	11.161.166	5.313.499
		11.161.166	5.313.499
231	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
	Dívidas a instituições de crédito	0	0
		0	0
221	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
	Fornecedores c/c	122.390	18.737
231	Dívidas a instituições de crédito	12.110.136	9.202.321
261	Fornecedores de Imobilizado	0	0
25	Empresas do grupo	0	0
24	Estado e outros entes públicos:		
241	Estimativa IRC a pagar		0
	Outros	36.004	13.090
26	Outros credores	5.022.620	9.525
		17.291.150	9.243.673
273	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	Acréscimos de custos	311.782	146.951
		311.782	146.951
	Total do passivo	28.764.098	14.704.123
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	69.911.921	48.408.053



Demonstração dos Resultados Individual

Código das Contas	Descrição	30.06.2007		30.06.2006	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo mercad. vendidas mat. consumidas Mercadorias		0		0
62	Fornecimentos e serviços externos		126.825		96.307
64	Custos com o pessoal				
641+642	Remunerações	268.784		411.416	
645/8	Encargos sociais	22.380	291.164	21.266	432.682
662+663	Amortizações do imob. corp. e incorp.	2.941.110		2.587.499	
666+667	Ajustamentos	0	2.941.110	0	2.587.499
67	Provisões	0		0	
63	Impostos	33.846		23.169	
65	Outros custos e perdas operacionais	0	33.846	750	23.919
	(A).....			3.392.945	3.140.407
682	Perdas em Empresas do Grupo	39.594		0	
684	Ajustamentos de Aplic. Financeiras	0		0	
	Outros Juros e custos similares	324.722	364.316	218.688	218.688
	(C).....			3.757.261	3.359.095
69	Custos e perdas extraordinários		23.314		5.066
	(E).....			3.780.575	3.364.161
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		0		0
	(G).....			3.780.575	3.364.161
88	Resultado líquido do exercício		(2.527.455)		(2.750.598)
				1.253.120	613.563
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas	0		0	
72	Prestações de serviços	0	0	0	0
74	Subsídios à exploração			0	0
73	Proveitos suplementares			0	0
77	Reversões de amort. e ajustamentos		0		0
	(B).....			0	0
782	Ganhos em empresas do grupo	1.204.971		606.729	
788	Reversões e outros prov. e ganhos financ.	0		0	
	Outros juros e proveitos similares	0	1.204.971	3	606.732
	(D).....			1.204.971	606.732
79	Proveitos e ganhos extraordinários		48.149		6.831
	(F).....			1.253.120	613.563

RESUMO:

Resultados Operacionais (B) - (A)	(3.392.945)	(3.140.407)
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A)	840.655	388.044
Resultados Correntes (D) - (C)	(2.552.290)	(2.752.363)
Resultados Antes de Impostos (F) - (E)	(2.527.455)	(2.750.598)
Resultados Líquido do Exercício (F) - (G)	(2.527.455)	(2.750.598)



Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Interinas 30 de Junho de 2007

(valores em euros)

INTRODUÇÃO

A ParaRede SGPS, SA foi constituída em Dezembro de 1995 com o objectivo de definir, rever, e controlar a missão e as linhas de orientação estratégica do Grupo. A Empresa tem a sua sede na Rua Laura Alves, nº 12 – 3º, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº04861, com o nº de contribuinte 503 541 320.

A actividade principal do grupo consiste na prestação de serviços na área das tecnologias de Informação assumindo-se como integrador de sistemas.

Durante o primeiro semestre, a empresa procedeu a 2 aumentos de capital, na modalidade de entradas em espécie, mediante a transmissão da totalidade das acções representativas do capital social da Sol S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA e das quotas representativas do capital social da Bytecode – Serviços de Informática e Telecomunicações, Lda.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação das Demonstrações Financeiras. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é considerada relevante para apreciação das Demonstrações Financeiras.

1. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POC

O registo dos factos contabilísticos e a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras obedeceram não só às características qualitativas de relevância, fiabilidade e comparabilidade como também aos princípios contabilísticos da continuidade, da consistência e da especialização, do custo histórico, da prudência, da substância sob a forma e da materialidade conforme estão definidos respectivamente nos capítulos 3 e 4 do POC aprovado pelo Decreto-Lei 410/89 de 21 de Novembro.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POC, sendo de referir que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de valores e situações a reportar.



3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

3.1. Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

- O imobilizado corpóreo é valorizado ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra.
- O imobilizado incorpóreo compreende o valor dos trespasses que correspondem ao excesso do custo de aquisição sobre o valor atribuível aos capitais próprios, tendo sido, a partir do exercício de 1998, política do grupo apresentar os investimentos financeiros pelo método da equivalência patrimonial.
- As amortizações do imobilizado são efectuadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o período de vida útil estimado que não diferem substancialmente das taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais.
- As amortizações dos trespasses são efectuadas em 5 ou 10 anos, aplicando o método das quotas constantes, tendo em consideração o período de recuperação do investimento.

3.2. Activos e Passivos em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. São actualizadas ao contravalor em euros, às taxas de câmbio em vigor no final do exercício. As diferenças de câmbio ocorridas no exercício, realizadas ou potenciais, são registadas como Ganhos ou Perdas Financeiros.

3.3. Investimentos Financeiros

As participações financeiras em empresas do Grupo estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial. No momento em que o capital próprio da participada passa a ter valor negativo é constituida uma provisão para o efeito.

3.4. Imposto sobre o Rendimento

A estimativa do imposto sobre o rendimento é determinada com base nos resultados antes de impostos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal, tomando em consideração as diferenças temporais existentes.



3.5. Caixa e seus Equivalentes

Em caixa e seus equivalentes estão incluídos depósitos à ordem, caixa e outras aplicações de tesouraria.

4. COTAÇÕES UTILIZADAS

As operações em moeda estrangeira estão registadas ao câmbio da data considerada para a operação. Todas as diferenças de câmbio apuradas neste exercício foram registadas em resultados, tendo sido utilizadas as taxas abaixo listadas, à data de 29 de Junho de 2007.

Moeda	Média Compra/Venda (euro)
Libra Esterlina	0,6740
Dolar EUA	1,3505

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA

O número de pessoas ao serviço da Empresa, em 30 de Junho de 2007, era de 6 empregados.

10. MOVIMENTOS OCORRIDOS NA RUBRICA DE IMOBILIZAÇÕES E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

10.1. – MOVIMENTO DO ACTIVO BRUTO

Rubricas	Activo Bruto					
	S.º Inicial	Aumentos	Alienação	MEP	Abates	S.º Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de instalação	0	0	0	0	0	0
Despesas de I&D	0	0	0	0	0	0
Prop. intelectual e Outros Direitos	0	0	0	0	0	0
Diferenças de consolidação	68 539 606	23 200 830	0	0	0	91 740 436
Total Imobilizações Incorpóreas	68 812 776	23 200 830	0	0	0	91 740 436
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Equipamento administrativo	336 115	0	0	0	0	336 115
Total Imobilizações Corpóreas	336 115	0	0	0	0	336 115
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de Capital em Emp. do Grupo	6 411 842	725 893	0	1 087 176	0	8 224 911
Partes de Capital em Emp. Assoc.	0	0	0	0	0	0
Partes de Capital em Out. Empresas	0	0	0	0	0	0
Total Investimentos Financeiros	6 840 272	725 893	0	1 087 176	0	8 224 911



A coluna do MEP reflecte, como o próprio nome indica, a aplicação do método de equivalência patrimonial (ver Nota 16).

10.2 MOVIMENTO DAS AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

Rubricas	Amortizações Acumuladas				
	S.º Inicial	Reforços	Alienações	Abates/Reversões	S.º Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	0	0	0	0	0
Despesas de I&D	0	0	0	0	0
Propriedade intelectual outros direitos	0	0	0	0	0
Diferenças de consolidação	38 972 076	2 934 857	0	0	41 906 933
Total Amortizações Imobilizado Incorpóreo	38 972 076	2 934 857	0	0	41 906 933
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Equipamento administrativo	323 593	6 252	0	0	329 845
Outras imobilizações corpóreas	0	0	0	0	0
Total Amortizações Imobilizado Corpóreo	323 593	6 252	0	0	329 845

15. BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

A Empresa mantém equipamentos em regime de locação financeira, com os seguintes valores contabilísticos:

Descrição do Bem	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Líquido
Equipamento Informático	162 904	162 904	0



16. PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO E PARTICIPADAS

Empresa	Capital detido %	31 de Dezembro de 2006		
		Ano	Capitais Próprios	RL do Exercício
GRUPO:				
ParaRede -Tecnologias de Informação, S.A. Sede - R. Laura Alves, 12-3º - 1050-138 Lisboa	100	2006	6 334 614	(432 505)
ParaRede BJS, SA Sede – Avenida Afonso XOO, 105 – Borjo dcha. – 28016 Madrid	100	2006	(2 162 450)	(78 924)
ParaRede Netpeople -Tecnol. Informação, S.A. Sede - R. Laura Alves, 12-3º - 1050-138 Lisboa	100	2006	77 229	4 075
Sol S e Solsuni – Tecnologias de Informação, SA Sede – R. Central Park – Edificio 2 Piso 1-2795-242 L. Velha	100	2006	1 909 491	(771 643)
Bytecode – Serviços Informática e Telecomunicações, Lda Sede – R. Jorge Barradas, nº24 A – 1500-370 Lisboa	100	2006	298 024	140 315
SBO – Serviços de Back Office, SA Sede – Lisboa	100	2006	651 477	434 888

Decomposição de saldos e transacções com empresas do Grupo

Empresa	Transacções		Saldo	
	FSE's	Outros	Pagar	Receber
ParaRede TI, SA	-	-	-	4 628 034
ParaRede Netpeople	-	-	-	578 000
Sol S e Solsuni	-	-	-	3 990 077
ParaRede BJS,SA	-	-	-	2 129 683



25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES A PESSOAL

Em 30 de Junho de 2007 existiam as seguintes dívidas:

	<u>Euros</u>
Remunerações a liquidar	21 596
Processamento de despesas	<u>1 021</u>
	<u>22 617</u>

34. PROVISÕES

Provisões	Movimento nas contas de provisões			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Outras Provisões (MEP)	2 162 449	9 116 512	117 795	11 161 166
Totais	2 162 449	9 116 512	117 795	11 161 166

Encontra-se constituída uma provisão para eventuais responsabilidades com as subsidiárias, no montante de 11 161 166 euros, o que corresponde ao valor dos Capitais Próprios negativos das mesmas em 30 de Junho de 2007.

36. FORMA DE REPRESENTAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado por 418 189 331 acções ao portador ao valor nominal de 0,10 euros/acção.

40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO EM CAPITAIS PRÓPRIOS

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital Social	36 371 470	5 447 463	0	41 818 933
Prémio Emissão Acções	0	7 352 536	0	7 352 536
Ajust. Partes de Capital	6 522	0	0	6 522
Reservas Legais	1 844 801	0	0	1 844 801
Reservas Livres	0	0	0	0
Resultados Transitados	(1 768 265)	(5 579 249)	0	(7 347 514)
Resultado Líquido	(5 579 249)	(2 527 455)	5 579 249	(2 527 455)
Total	30 875 279	4 693 295	5 579 249	41 147 823

O Resultado Líquido do exercício de 2006 foi transferido para resultados transitados (5 579 249 euros).

O aumento do Capital Social foi efectuado na modalidade de entradas em espécie, correspondendo o montante de 2 739 130 euros à totalidades das acções representativas do capital social da Sol S e Solsuni – Tecnologias de Informação, SA, com um prémio de emissão de 3 560 870 euros; e 2 708 333 euros à totalidade das quotas representativas do capital social da Bytecode – Serviços de Informática e Telecomunicações, Lda, com um prémio de emissão de 3 791 666 euros.



43. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração	<u>Euros</u> 195 618
---------------------------	-------------------------

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	30.06.07	30.06.06	PROVEITOS E GANHOS	30.06.07	30.06.06
Juros suportados	268 816	177 138	Juros obtidos	0	0
Perdas em empresas Grupo	39 594	0	Ganhos em emp. Grupo	1 204 971	606 729
Ajustam. de aplic. financeiras	0	0	Dif. câmbio favoráveis	0	0
Dif. câmbio desfavoráveis	0	0	Reversões e outros prov. financeiros	0	3
Out. custos financeiros	55 906	41 550			
Resultados Financeiros	840 655	388 044			
Total	1 204 971	606 732	Total	1 204 971	606 732

O valor de Perdas e Ganhos em empresas do Grupo refere-se à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial no período.

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	30.06.07	30.06.06	PROVEITOS E GANHOS	30.06.07	30.06.06
Dividas incobráveis	0	0	Ganhos em imobilizações	0	0
Perdas em imobilizações	0	0	Reduções de provisões	0	0
Multas e penalidades	0	0	Correc. exerc. anteriores	48 147	6 486
Aumentos amortizações	0	0	Out. prov. G. Extraord.	2	345
Correcções exerc. anteriores	22 762	5 066			
Out. c. perdas extraord.	551	0			
Resultados Extraordinários	24 836	1 765			
Total	48 149	6 831	Total	48 149	6 831

48. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) Empresas do Grupo

Na sequência da centralização da gestão financeira do Grupo pela SGPS, no sentido da optimização dos recursos obtidos e aplicados, esta última contratou a maior parte dos financiamentos bancários necessários ao suporte do investimento e do ciclo de exploração.



b) Dívidas a Instituições de Crédito

Os empréstimos contraídos são de curto prazo e ascendem a 12 110 136 euros a que corresponde uma taxa de juro média de 5,69%.

c) Programa de “Stock-Option”

A seguinte informação sumariza os dados principais sobre o plano de “Stock Option” do Grupo ParaRede:

Planos por Anos	Nº de Acções ¹ a disponibilizar	Nº de Opções sobre Acções atribuídas	Data de Exercício	Preço de Exercício (Eur)
2000	2 400 000	2 400 000		
Cons. Administração	900 000	900 000	2005	2,633
Colaboradores	1 500 000	1 500 000	2005	2,633

2001	2 500 000	-		
Cons. Administração	900 000	-	2004-2006	2,793
Colaboradores	1 600 000	-	2004-2006	2,793

A fim de criar fortes incentivos à retenção dos principais colaboradores da ParaRede, as Assembleias Gerais de 1999, 2000 e 2001 autorizaram o Conselho de Administração a instituir um programa de “stock options”, a exercer no período de 2002 a 2006, conforme evidenciado no quadro acima.

Durante o exercício de 2002 foi interrompido o programa de “Stock Options”, não tendo sido fixado, desde essa altura, qualquer montante de acções com essa finalidade.

A esta data a Administração considera improvável que o programa de “stock options” acima venha a gerar encargos materiais para a Empresa.

¹ Depois da correção do aumento de capital



d) O período em análise ficou marcado pela ocorrência dos seguintes factos:

- Em 14 de Maio, foi comunicado que se encontra integralmente realizado o aumento de capital deliberado na Assembleia Geral realizada no dia 19 de Março de 2007.

O capital social da PARAREDE é assim aumentado de € 36.371.469,40 (trinta e seis milhões trezentos e setenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos) para € 39.110.599,80 (trinta e nove milhões cento e dez mil quinhentos e noventa e nove euros e oitenta cêntimos) na modalidade de entradas em espécie, realizado com a transmissão para a PARAREDE da totalidade das acções representativas do capital social da SOL-S E SOLSUNI – TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A. detidas por MOTA ENGIL, AMBIENTES E SERVIÇOS, SGPS, S.A., António Manuel Teixeira Ramos Costa, Jorge Manuel Martins Delgado, Paulo Jorge Viegas Fernandes, António José Rodrigues Monteiro Ferreira e Fernando Ferreira de Almeida, e ainda de 100% dos créditos de suprimentos detidos pela MOTA ENGIL, AMBIENTES E SERVIÇOS, SGPS, S.A. sobre a SOL-S E SOLSUNI – TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, SA.

- Em 21 de Junho, foi comunicado que se encontra integralmente realizado o aumento de capital deliberado na Assembleia Geral realizada no dia 7 de Maio de 2007. O capital social da PARAREDE é assim aumentado de € 39.110.599,80 (trinta e nove milhões cento e dez mil quinhentos e noventa e nove euros e oitenta cêntimos) para € 41.818.933,10 (quarenta e um milhões oitocentos e dezoito mil novecentos e trinta e três euros e dez cêntimos), na modalidade de entradas em espécie, realizado com a transmissão para a PARAREDE das quotas representativas da totalidade do capital social da BYTECODE – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, LDA detidas pelos Senhores José Luís de Jesus Marques da Silva, Pedro Ricardo dos Santos Félix e António Virgílio Dias Henriques.

- Em 25 de Junho, foi comunicado que foi assinado um contrato nos termos do qual a sociedade SBO – SERVIÇOS DE BACK-OFFICE, S.A. (“SBO”) será integrada na PARAREDE.

De acordo com o referido contrato, a SBO será integrada na PARAREDE através de aumento de capital desta última a aprovar pela Assembleia Geral da Sociedade e a realizar em espécie pela CAELUM SGPS, S.A. (“CAELUM”) com a transmissão de acções representativas de 100% do capital social da SBO.

Para efeito do aumento de capital, as acções representativas de 100% do capital social da SBO serão valorizadas em 5 milhões de euros.

As acções da PARAREDE serão emitidas a 23,84 cêntimos por acção, ou seja, com um prémio de 13,84 cêntimos.

O cumprimento das obrigações previstas no contrato ficou sujeito à aprovação do aumento de capital pela Assembleia Geral da PARAREDE e demais órgãos sociais das entidades envolvidas, bem como à conclusão de uma *due diligence* jurídica, financeira, laboral, fiscal e técnica à SBO.



e) Eventos subsquentes

- Em 25 de Julho, a empresa comunicou que no dia 31 de Julho as acções admitidas à negociação na Euronext Lisbon vão ser convertidas em acções nominativas, dando desta forma cumprimento à deliberação da Assembleia Geral de 19 de Março de 2007 de transformar as acções ao portador em nominativas.

- Em 14 de Agosto, foi deliberado aumentar o capital social da Sociedade no montante de €2.097.315,40 (dois milhões noventa e sete mil trezentos e quinze mil euros e quarenta céntimos), na modalidade de entradas em espécie, a realizar com a transmissão para a Sociedade das acções representativas da totalidade do capital social da SBO – SERVIÇOS DE BACK OFFICE, S.A. (“SBO”) detidas pela CAELUM SGPS, S.A., determinando a emissão de 20.973.154 (vinte mil novecentas e setenta e três mil cento e cinquenta e quatro) novas acções da Sociedade, com o valor nominal de € 0,10 (dez céntimos) cada uma e um prémio de emissão de € 0,1384 (zero vírgula três oito quatro euros) por acção, que serão subscritas pela *supra* mencionada accionista da SBO. Foi ainda deliberado alterar a redacção do Artigo Quarto dos Estatutos da Sociedade em conformidade com o aumento de capital acima descrito.

Aconselha-se, para melhor compreensão dos pontos acima referidos, a leitura do Relatório de Gestão.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

AADMINISTRAÇÃO